

**A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira:  
uma análise do Serviço Social do Comércio (SESC)**

Aline Amoedo Corrêa\*

**Resumo:** Com o objetivo de pensar sobre as instituições públicas e privadas, no contexto dos movimentos sociais, em suas formas de organização, resistências e contradições, é que decidimos investigar a criação e os funcionamento do Serviço Social do Comércio (SESC), fundado em 1946 durante o governo Dutra - instituição privada de serviço social, mantida por empresários do Setor Terciário para prestar serviços a seus trabalhadores nas áreas de Saúde, Educação e Lazer. Pensando ainda nas várias dimensões teóricas que estes movimentos podem nos trazer, é que decidimos focar nossa análise para o estudo deste último, fortemente discutido dentro da instituição no período de 1970 a 1983, tendo como referência discursos e práticas de dirigentes, técnicos e comerciários. Apesar de atentar para as perspectivas de controle e de manipulação do Regime (ainda que este estivesse em pleno restabelecimento democrático), a análise avança, na medida em que não considera os operários como massa passiva e manipulável diante das ações empresariais e estatais. A pesquisa ressalta, ainda, que as atividades organizadas pelo Serviço, mesmo que fortemente marcadas pela ideologia estatal, poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderiam lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar. Neste estudo, nossas hipóteses recairão sobre não determinar que a criação desse órgão não tenha sido resultado da inteligência de um único homem ou de uma única classe. Partindo do princípio que os discursos emitidos nessas instâncias e postos a circular eram reapropriados, modificados, fragmentados, substituídos e realocados, acredita-se que, nesse jogo de relações e de comunicações, formou-se um campo de presença que tornou possível a criação do SESC no momento de redemocratização. Suas emergências, portanto, são originais e referidas a contextos nos quais a questão do trabalho era central.

**Abstract:** Created in 1946 by a government decree, SESC – Serviço Social do Comércio – is kept and administered by executives from the Tertiary Sector in order to render service to its workers in the fields of Health, Culture, Education and Leisure. The aim here is to study the political-ideological proposals that have directed SEC’s action throughout its fifty years of existence, having as a reference the discourse and practice of managers, technicians and sales people. In order to better understand what these actions were and are, this research was divided in three parts. The first one analyses the conjuncture oh the forties, a period characterized by the crowding of the industrialization process and by the consequent heightening of the so-called “social subject” when, pressured by union movements, the Stat and businessmen opted to invest in Welfare and Health Care for the working class. Their intention was creating more subtle control mechanisms, capable of “adapting” and “adjusting” the work force contingent to the new working relationships demanded by capitalist development after the new Second World War. Finally, we question the recent political guidelines of brining together professional segments and the workers in order to unveil if it is a social practice in wich they are kept in the position of “clients” or if it makes them ( the

---

\* Mestranda em História Social do Território pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Colégio Pedro II e da Rede Estadual do Rio de Janeiro

workers) historical subjects, producers of forms of culture and leisure through which they establish their critique upon their condition of dominated subjects.

## I – Apresentação

Uma das áreas de investigação que tem se desenvolvido sensivelmente nos últimos anos é aquela relacionada aos estudos do lazer e da recreação. Muito se tem produzido<sup>1</sup> e diversas são as perspectivas teóricas que embasam pesquisas e discussões. Thompson (2001: p.229 e p. 239), falando sobre as diversas perspectivas de análises históricas, ressalta a importância de novos recortes teóricos para entendimento dos processos históricos que não somente àqueles que passem pela análise marxista tradicional. Diz ele:

“Ultimamente, os historiadores têm lançado novos olhares sobre aspectos da vida nossos velhos conhecidos: o calendário de rituais e festividades no campo e na cidade, o lugar dos esportes na vida social, os diferentes ritmos de trabalho e lazer antes e depois da Revolução Industrial, a cambiante posição dos adolescentes na comunidade...” (grifos meus)

Projetos de intervenção podem tomar diferentes formatos e uma de nossas grandes preocupações liga-se à relação que vem sendo estabelecida, no interior dessas iniciativas, entre trabalho e lazer enquanto ocupação do tempo livre.

Como resultado, pensamos serem variadas as possibilidades de entendimento acerca da investigação histórica no que diz respeito à classe operária, Estado e empresariado na construção da modernidade no Rio de Janeiro na década de 40. Este período é a gênese do serviço social, que se torna uma atividade institucionalizada sob a égide do Estado. O papel do empresariado vai se dando aos poucos, efetivado em 1946, com a criação do SESI e do próprio SESC<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver especialmente as produções de Victor Andrade de Melo, Edmundo Alves de Drummond Junior, Christianne Luce Gomes, Hélder Ferreira Isayama, Nelson Carvalho Marcellino, Antonio Carlos Bramante, Gisele Maria Schwartz e Heloisa Turini Bruhns.

<sup>2</sup> O Serviço Social surge, no início dos anos 30, pela iniciativa de grupos e frações da classe dominante, que se expressavam através da Igreja, como um dos desdobramentos do apostolado leigo. De acordo com os preceitos religiosos estabelecidos pelas encíclicas papais “Rerun Novarum” e “Quadragesimo Anno” a “questão social” antes de ser um problema de ordem econômico-política era uma questão moral e religiosa, e era sob esse aspecto que ela deveria ser combatida. Era preciso ação organizativa para livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão.

A década de 30 assiste a modernização do Estado brasileiro, que aos poucos vai superando seu modelo agro-exportador para seu modelo industrial. Foi um momento que para além da crise mundial de 1929, faz o Brasil assistir a crise de hegemonia do grupo cafeeiro (FAUSTO, 1994). O crescimento da oferta de mão-de-obra aumentou a produção, ao mesmo tempo que demandou do Estado e do empresariado investimentos em serviços de assistência e “educação”. Tais serviços visavam à adequação dos trabalhadores às necessidades da produção, se constituindo assim, em mecanismos de apoio à aceleração do desenvolvimento capitalista.

O período pós-30 caracterizou-se pela perspectiva de controle e manipulação, que se consolidou após o golpe de 1937 (ARAÚJO, 2004). Apesar do contexto ditatorial e das consequências desses aspectos sobre suas ações cotidianas, é possível destacar atividades desenvolvidas pelos trabalhadores sindicalizados neste período. Com o fim da II guerra, ocorre tentativa generalizada de implantação do chamado Estado de bem estar Social, tanto nos países capitalistas centrais como nos periféricos (ARAÚJO, 2004). Nesse quadro, o papel das instituições sociais e assistenciais ganha importância como instrumentos de disciplinarização e enquadramento político das classes populares, marcando, assim, o “novo espírito social do capitalismo”. Criado em 1943, O Serviço de Recreação Operária (SRO), foi o pioneiro neste sentido<sup>3</sup>, destinado a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias com o objetivo de “coordenar os meios de recreação da classe operária”

Criado em 1946 por decreto governamental, o SESC – Serviço Social do Comércio – tem sua ênfase pela “paz social”, com práticas conciliatórias nos problemas relativos à questão social. Em nome da harmonia social, do desenvolvimento econômico, da colaboração entre as classes, e através da “obra educativa” via instituições de serviço social, procurou-se “repolitizar” e disciplinar a classe trabalhadora.

Tratava-se de uma assistência patrocinada pelo Estado, pela Igreja e pelo empresariado, direcionada para o mundo do trabalho. Como boa parte da mão de obra da indústria vinha do campo, era necessário treinar esta, adaptando-a ao espaço e tempo urbano; novos hábitos e novos costumes que incluíam alimentação, educação e atividades relacionadas ao tempo livre. Fazia-se necessário investir em caminhos que garantissem a manutenção da ordem momentaneamente ameaçada com o fim do Estado Novo. Tais caminhos se dirigiam para a assistência social.

---

<sup>3</sup> Um estudo mais completo e aprofundado do SRO foi feito por Ângela Bretas em “*Nem só de pão vive o homem*”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). 2007. 318 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

## II – Hipóteses e objetivos

Direcionaremos, portanto nossa pesquisa para a margem de movimentos de oposição, de resistência e de re-significação de ordens de valores que nos faz supor que em relações tensas, há espaços para transformações e movimentos daqueles que se pretende dominar. Portanto, não se teria garantias de que os objetivos do SESC, ao abrir a possibilidade da vivência de atividades culturais e desportivas, fossem os mesmos dos comerciários ao fruí-las.

Situando as reflexões de Thompson (2004), é possível pensarmos que entre a imposição de um produto e a maneira de empregá-lo, existe uma distância que é preenchida pelas práticas cotidianas dos usuários que se reapropriam do que lhes é imposto e oferecido em seu próprio benefício, segundo suas próprias leis e de acordo com suas próprias regras. Daí que a mudança da ordem lúdica pretendida pelo Regime não estava assegurada em sua imposição.

Entre essas práticas e os discursos, pensamos não haver uma relação de causa e efeito ou de determinação recíproca. No que se refere à criação do SESC, é possível perceber que há uma fina e requintada elaboração dos argumentos ideológicos e das inúmeras forças em disputa, o que criou condições para a existência dos Serviços naqueles períodos, atendendo àquelas necessidades, concretizando aqueles discursos específicos.

Procuraremos analisar o SESC não somente como instituição de assistência e serviço social que apropriara-se das reivindicações da classe trabalhadora (defesa do salário, saúde, educação e lazer) devolvendo-as sob forma de benefício indiretos, mas como um espaço, um campo de disputas onde o aparelho estatal não “exorcizaria” o conteúdo de classe das lutas trabalhistas.

Objetiva-se, aqui, portanto, estudar as metamorfoses, que nortearam as ações do SESC enquanto instituição destinadas ao lazer dos trabalhadores, tendo em vista sua análise em três momentos: a década de 40, período como marcado pelo adesamento do processo de industrialização e pelo conseqüente acirramento da chamada “questão social” (GOMES, 1994), sobretudo observando como, pressionados pelos movimentos sindicais, Estado e empresários optam em investir em programas de assistência e bem estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de “adaptar” e “ajustar” o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho exigidas pelo desenvolvimento capitalista a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

Em um segundo momento, analisaremos a evolução do SESC levando em consideração suas posturas teórico-metodológicas com relação ao lazer, mostrando como os comerciários fazendo deste mas do que um controle de seu tempo não trabalhado, mas um possível exercício de reflexão sobre suas práticas na Entidade, inflexionando, a posteriori, nas diretrizes institucionais, temas como “cidadania” e “participação popular”, que até antes da década de 80 não eram mencionados.

Por fim, questionaremos as diretrizes políticas da Instituição à época de sua criação e recentemente, no sentido de desvendar se, se trata de uma prática social em que os mesmo permanecem em posição de “clientes” ou se situam enquanto sujeitos produtores de formas de lazer com as quais se identificam, e através das quais estabelecem sua crítica a própria condição de “dominados”. Pois, recorrendo mais uma vez a Thompson (2001: p. 239), percebemos que, à medida que alguns atores principais – políticos, pensadores, empresários, gerais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composta de simples figurantes, força sua entrada em cena.

### **III – Discussão Bibliográfica**

Hoje no Brasil, o desenvolvimento de pesquisas com o foco nas práticas de lazer para ocupação do tempo livre do trabalhador e às suas relações com a sociedade têm conquistado áreas de estudos no campo da Educação Física, mais, sobretudo nas Ciências Sociais.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (1994), o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político “implica em lidarmos com a questão da construção do conceito de cidadania e mais particularmente, com a questão da extensão de cidadania aos setores populares”. De acordo com a autora, o processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado, projeto este que a autora chama de “trabalhismo brasileiro”. Com efeito, bem como as idéias de Gomes, consideramos relevantes as de Ângela Bretas (2007) em seu trabalho sobre o serviço de recreação operária, a fim de pensarmos a gênese do processo de formação de Instituições ligadas ao lazer da classe trabalhadora.

O controle da classe trabalhadora urbana, a manutenção e reprodução da dominação de classe exigiam simultaneamente a interiorização e a aceitação desse controle, a constante recriação e inculcação de formas mistificadas que obscurecessem e encobrissem a dominação e exploração. Os pesquisadores vêm buscando entender as propostas do empresariado e do

Estado no que se refere às relações trabalho-lazer. Neste sentido, poderíamos destacar os trabalhos de Rodrigues (1992 e 1998), além de Bittencourt (1991), Figueiredo (1991) e Escobar (1982), que analisa a busca de uma alternativa do serviço social as relações de dominação, concebendo a relação de igualdade em um tempo de lazer. As análises de Arnaldo Süssekind (1946), fazem-se também presente em nossa discussão, já que cremos ser uma síntese de todos os discursos emitidos sobre os usos do tempo de recreio dos trabalhadores, bem como uma reunião de todos os objetivos relativos à constituição do cidadão-trabalhador e a seu enquadramento moral.

No âmbito da questão da construção de um contra discurso, ou seja, um discurso que faça crítica à essencialidade dos direitos, à representação dos aparelhos do Estado como instâncias máximas na solução dos problemas coletivos, fundamental lembrar serem esses processos de construção de uma nova cultura, desafios que supõem a certeza de que uma “nova cultura” não se gesta no vazio e nem implica apenas dimensões propriamente políticas, mas se constrói a partir da cultura pré existente (CANCLINI, 1997), da superação de seus elementos retrógrados, reafirmação e atualização de seus componentes inovadores, visando alcançar-se a uma concepção universal de homem.

Buscando ainda Thompson (2001: p. 229) podemos observar como a contextualização da soberania coletiva por intermédio da figura do “Estado fora e acima das classes” são representações modernas da autoridade, cujo poder é sempre coercitivo mesmo quando consensual.

Realizando a discussão do foco trabalho-lazer a partir das perspectivas sobre a ação controladora do tempo livre oferecido aos trabalhadores, julgamos pertinente uma revisão literária da bibliografia que diz respeito a esta questão. Neste sentido, destacamos os trabalhos de Alves Júnior e Melo (2003).

#### **IV – Metodologia e Fontes**

Desta maneira, estabelecendo uma análise comparada com abordagens que apresentam sistemática e substantivamente o SESC enquanto manifestação de ações políticas coletivas populares, ou seja, como manifestações de conformismo, da aceitação de uma opressão silenciada, direcionaremos nossa reflexão para as instâncias como as das resistências, mostrando que o Estado não vinha atuando sobre uma tabula rasa<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>Tal reflexão foi proposta por Ângela de Castro Gomes (1994).

Para concretizarmos estas intenções de pesquisa, pretendemos lançar mão da comparação como método investigativo. Assim, pensamos nas idéias da História comparada, para confrontar discursos e práticas de dirigentes, técnicos, comerciários com a bibliografia e os arquivos do próprio SESC, localizados em sua Sede Nacional, sabendo-se que todas as unidades dispõem necessariamente de regulamento e relatórios internos de quando de suas fundações. Em suma, trata-se de um projeto de comparação envolvendo discursos, fontes e bibliografias acerca do tema, analisando de que maneira tais produções conceberam as relações entre Estado, empresariado e trabalhadores na perspectiva das instituições sociais.

Desse modo, a relevância desta pesquisa, está em buscar indícios que levem a perceber as nuances nos vínculos entre Estado, empresários e trabalhadores, mudando o foco da análise, para “superar a limitação comum encontrada nos estudos sobre as concepções pedagógicas da burguesia e a ausência de uma análise histórica do processo de construção dessas concepções” (RODRIGUES, 1998:p.8), que podem ao nosso ver, serem conflituosas e desiguais que comportam um movimento resultante de resistências e reações dos personagens envolvidos.

## **V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *A era Vargas*. 2ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.
- BITTENCOURT, M.F.L. *Contribuição ao Estudo da Formação Profissional na escola: SENAI 1975 – 1980*. Campinas, FE-UNICAMP. (Tese de Doutorado), 1991.
- CANCLINI, Nestor . *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização – Rio de Janeiro*, Editora UFRJ, 1997.
- ESCOBAR, G.C.I. *Em busca de uma alternativa do serviço social às relações de dominação: relação de igualdade em um tempo de lazer*. Rio de Janeiro, 1982, 209 p. Dissertação (Mestrado). Escola de Serviço Social, UFRJ.
- FAUSTO. B. *A revolução de 30*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- FIGUEIREDO, M.B. *A criação do SESI/SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. São Paulo, 1991, 210 p. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, USP.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- MELO, Victor Andrade de, ALVES Jr., Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

RODRIGUES, José. *O moderno Príncipe Industrial: o pensamento da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SANTOS, Angela Brêtas Gomes dos. “*Nem só de pão vive o homem*”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). 2007. 318 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Trabalho e Recreação – fundamentos, organização e realizações do SRO*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Folclore, antropologia e história social. In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-267.